

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIRETÓRIO COLEGIADO DO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOIS RIOS, realizada no dia quinze de agosto de dois mil e vinte e quatro através de reunião presencial realizada na Sala de Reuniões da Suprid/Inea (Av. Conselheiro Julius Arp nº 085, Centro – Nova Friburgo. Aos quinze dias de agosto de dois mil e vinte e quatro, com a presença de quatro membros do Diretório Colegiado, e quatro membros do escritório local (secretaria executiva), teve início a reunião presidida pela Diretora Presidente Alessandra Assunção que fez a abertura e passou a palavra para o Coordenador de núcleo da UD3, Sr. André Bohrer, para conduzir a reunião com a seguinte ordem do dia: 1) Aprovação da ata da 2ª ROD (15/05/24); 2) Discussão sobre o IV-Encontro Técnico CBH-R2R; 3) Atualizações sobre criação do GT-Suprid; 4) Reunião MPRJ – 23/08/2024; 5) Encaminhamentos da CTPIL; 6) Elaboração da pauta da próxima reunião de Plenário ; e 7) Informes gerais. O Sr. André Bohrer iniciou sua fala informando que, por conta da renúncia do Sr. Ocimar à representação junto ao CBH-R2R, a Sr.ª Alessandra Assunção (Inea) assumiu o cargo, resultando em uma diretoria reduzida a quatro membros, pois também houve retirada da representação da Sra. diretora Mayná Coutinho (CEDAE), e que será necessário realizar a recomposição do diretório. Em função de restar pouco tempo de mandato a diretoria deliberou, de realizar a recomposição do diretório no próximo processo eleitoral que iniciará na próxima reunião de Plenário com a criação de sua comissão eleitoral. Em seguida o Sr. André prosseguiu com a discussão dos itens na seguinte ordem: **ITEM 1 - Aprovação da ata da 2ª ROD (15/05/24)** - Ata aprovada por unanimidade, após confirmação de leitura prévia pelos membros presentes e nenhuma manifestação de rejeição ou de necessidade de correção. **ITEM 2 - Discussão sobre o IV Encontro Técnico CBH-R2R** - O Sr. André Bohrer iniciou destacando que o CEIVAP está em processo de desenvolvimento do seu programa e plano de educação ambiental. O coordenador do grupo de trabalho do Ceivap entrou em contato com o comitê e pediu espaço na plenária para realizar a apresentação, o que foi realizado na última reunião de Plenário realizada em junho. Diante desta situação e considerando que o projeto Agente das Águas está em andamento, e já apresentando resultados, foi sugerido a realização de um encontro técnico, uma vez que o último ocorreu em 2019. Foi preparada uma proposta para debater a educação ambiental, que incluiu a possibilidade de inserir o projeto Regenera Mata Atlântica ou substituir os dois projetos previstos, Bacia Escola e Agente das Águas. As apresentações seriam divididas em manhã e tarde: na parte da manhã, duas apresentações de projetos com resultados; à tarde, a apresentação de dois projetos em fase de planejamento e construção, o programa e plano do CEIVAP (PPEA) e o do INEA, além de incluir o Regenera Mata Atlântica na programação. O Sr. André também propôs que, devido ao período eleitoral e à imposição de restrições nas postagens por parte do TRE, o evento fosse realizado na segunda quinzena de outubro, após o período eleitoral. Os encontros técnicos anteriores foram: o primeiro, em 2016, com o tema "Monitoramento e Manejo de Bacia Hidrográfica", que resultou em avanços no monitoramento das águas; o segundo, em 2018, com o tema "Qual o Valor Real da Água em Sua Área", que contribuiu para a evolução do entendimento do comitê sobre o valor da água; e o terceiro, em 2019, com o principal objetivo de apresentar os quatro eixos da Política Nacional de Saneamento Básico e destacar a Gestão de Resíduos Sólidos. **ITEM 3 - Atualizações sobre criação do GT Suprid;** – Foi passada a palavra para a Presidente Alessandra Assunção, que iniciou com um breve histórico do INEA, destacando a recente mudança na gestão da Superintendência do Inea. O Alexandre Cruz assumiu a superintendência e, após alguns acontecimentos, a Sra. Alessandra foi nomeada como Coordenadora Técnica Regional. Foi

realizado um levantamento dos processos da Suprid e o Ministério Público sugeriu que o INEA montasse um grupo de trabalho ou força-tarefa para revisar as licenças emitidas na bacia dos últimos 60 meses. A recomendação foi acatada pelo presidente e, assim, foi formado o Grupo de Trabalho denominado GT-Suprid, composto por servidores da Suprid, da Procuradoria do INEA, da Diretoria de Licenciamento, da Presidência e da Diretoria das Superintendências. Atualmente, o GT está no processo de atualização do banco de dados e organização dos fluxos. O objetivo, com base nesse esforço, é verificar ausência de procedimentos irregulares que porventura tenham sido adotados, durante a evolução dos respectivos processos de licenciamento. E uma vez constatado haver algum tipo de irregularidade o ato administrativo (licença) poderá ser revisto ou até mesmo caçado. Várias reuniões já foram realizadas com o MP, e foi expressa a intenção de envolver o Comitê criando um banco de áreas para restauração florestal, tendo em vista que muitas revisões poderão resultar em compensações ambientais. A proposta é elaborar um banco de áreas no CBH-R2R para que, se necessário, possam ser usadas para compensação de reflorestamento. A responsabilidade pelo processo de licenciamento ficaria com o infrator, enquanto a recuperação seria realizada com base nesse banco de propriedades. O Grupo de Trabalho foi criado em agosto e terá duração de um ano, podendo ser prorrogado se o trabalho não for concluído. Há uma estratégia para a contratação de um funcionário contínuo e dois temporários, mas foi destacada a demora nas contratações. Em resposta a isso, a diretoria deliberou que seja enviada uma carta para o Diretor-Presidente da AGEVAP, contextualizando a insatisfação com a demora e destacando a necessidade de copiar a ANA, o INEA e o Ministério Público na correspondência. Após a fala da Presidente Alessandra, o senhor André Bohrer apresentou o escopo do projeto para o banco de áreas de restauração, contextualizando que o histórico do MP junto ao Comitê sempre aceitou ações de restauração florestal. O objetivo será manter um cadastro com áreas disponíveis para restauração florestal, que possa ser apresentado aos órgãos licenciadores estaduais e municipais, bem como ao MP. Com base nesse banco, medidas compensatórias poderão ser direcionadas para as áreas priorizadas pelo Comitê. Potenciais parcerias institucionais são necessárias para esse banco, como a parceria do INEA para a produção de informações geoespaciais, o técnico geoespacial e a própria Suprid no que diz respeito à troca de informações relacionadas à bacia. O Ministério do Público (Federal, Estadual e do Trabalho) poderão trocar informações relativas ao tema e utilizar o banco para compensações ou multas ambientais. O projeto proposto está dividido em três etapas básicas. A primeira etapa consiste na determinação das microbacias prioritárias para o Comitê. O Comitê já possui documentos técnicos que identificam as grandes áreas prioritárias para a recuperação, que são as AIPMs do projeto de diagnóstico e intervenção e as Unidades Hidrológicas de Planejamento definidas dentro do escopo do Projeto Diagnóstico e Intervenção. Essas áreas foram mapeadas e identificadas como de alta prioridade. A segunda etapa é a construção do cadastro. Que inicialmente será com a fase de divulgação deste banco para a sociedade através de ações de mobilização. Que inclui parcerias com instituições de mídia e participação em reuniões para a apresentação do projeto. A segunda fase é a inscrição e cadastro propriamente dito. Esse programa não tem prazo fixo e é de caráter contínuo, devendo ser incorporado às atividades rotineiras da Secretaria Executiva do Comitê. O cadastro incluirá a identificação do proprietário interessado e de sua propriedade, além de uma estimativa da área disponível. Esse cadastramento será realizado presencialmente na Secretaria Executiva e através de um formulário virtual, com os dados sendo mantidos em uma planilha. A terceira etapa é a consolidação do cadastro do banco. Esta etapa consiste em uma atualização periódica, que

ocorrerá semestral ou anualmente. **ITEM 4 - Reunião MPRJ 23/08/2024** – O Sr. André comunicou que a reunião ocorrerá no dia 23 de agosto de 2024. Durante a discussão com os demais membros do comitê, foram abordados vários temas prioritários. Entre eles estão os projetos de reflorestamento previstos ou em execução nas áreas de AIPMs da região hidrológica dos rios Dois Rios e Nova Friburgo. No entanto, no município de Nova Friburgo, não há projetos específicos de reflorestamento ou restauração além das ações previstas no TAC da Votorantim, que se concentram na área de Duas Barras. Outra questão levantada foi o não pagamento das PCHs, com preocupação quanto aos principais riscos qualitativos, como a expansão urbana desordenada, o uso inadequado do solo, práticas agrícolas inadequadas, e o parcelamento irregular do solo em áreas rurais. O comitê está preparando uma resposta detalhada sobre essas questões. E continuou que relatará que o processo de enquadramento da bacia do rio Dois Rios está sendo realizado em conjunto com o CEIVAP, que está trabalhando no enquadramento da bacia do rio Paraíba do Sul. O plano de contingência para o rio Dois Rios será discutido com base nas diretrizes do plano de bacia, que visa aumentar a resiliência da bacia e melhorar a capacidade de resposta a desastres naturais. Está previsto no plano uma ação específica para emergências (catástrofes) e um possível remanejamento de verba em casos extremos. Há também uma rede de monitoramento chamada Projeto Monitorar, do CEIVAP, que inclui ações em Nova Friburgo. O restante das discussões será conduzido com os promotores durante a reunião. Esta ata foi lavrada por mim, Natalia Cardoso (AGEVAP UD3) e gerou os seguintes encaminhamentos **ITEM 5- Encaminhamentos da CTPIL** - O Sr. André passou a palavra para o Sr. Ramon (assistente administrativo da UD3), que explicou como ocorreu a última reunião da Câmara Técnica. Ele detalhou o monitoramento dos comitês do Médio Paraíba do Sul e Piabanha e como esses comitês lidaram com os monitoramentos. Foi importante saber como os comitês estão se atualizando para subsidiar a Câmara Técnica. O encaminhamento geral foi continuar as discussões sobre o tema do monitoramento. **ITEM 6 - Elaboração da pauta da próxima reunião de plenário;** – Foi dada continuidade pelo Sr. André. Na próxima reunião de plenário, será necessário incluir na pauta a criação da Comissão Eleitoral para o pleito, marcando o início do processo. A Comissão Eleitoral será composta por três membros. **ITEM 7 - Informes Gerais** – o Sr. André relatou que o processo de contratação de empresa para a identificação e demandas ambientais em Monnerat (TAC-Votorantim) havia sido impugnado, mas também que já estavam sendo feitos os ajustes para a sua continuidade. Esta ata foi lavrada por mim, Natalia Cardoso (Agevap UD3) e gerou os seguintes **encaminhamentos**: Elaborar minuta de carta para o diretor-presidente da AGEVAP sobre atraso na contratação de pessoal; preparar apresentação para reunião com Ministério Público (reunião do dia 23/08); refinar a proposta do banco de áreas de restauração; incluir criação da comissão eleitoral na pauta da próxima plenária; preparar proposta de pauta para próxima reunião plenária. Sem mais assuntos a serem tratados, foi encerrada a reunião.

Nova Friburgo, 15 de agosto de 2024.

**Alessandra Assunção**

Diretora Vice-presidente do CBH Rio Dois Rios

LISTA DE PRESENÇA

Membros

Lícius Freire (FIPERJ)

Alessandra Assunção (INEA);

Vicente Bastos (Fazenda Soledade);

Pércio Portz (CONRURAL);

Secretaria Executiva

André Bohrer (AGEVAP UD3);

Ramon Porto (AGEVAP UD3);

Júlia Vitória (AGEVAP UD3);

Natália Faria (AGEVAP UD3)

Nova Friburgo, 15 de agosto de 2024.